

## **Aula 11**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Eduardo Alberi**

16 de Junho de 2025

## Índice

1) Simulado - Crimes praticados por particular contra a adm em geral - ME .....	3
2) Simulado - Crimes contra a Administração da Justiça - ME .....	11
3) Simulado - Crimes em Licitações e Contratos - ME .....	21



## SIMULADO

Simulado .....	1
Introdução.....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito .....	3
Questões Comentadas .....	4

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Crimes praticados por particular contra a administração em geral

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

Crimes praticados por particular contra a administração em geral

1. João, que nunca exerceu cargo público, começou a se apresentar como fiscal municipal e, aproveitando-se disso, passou a exigir de comerciantes locais uma taxa supostamente obrigatória para funcionamento de seus estabelecimentos. Considerando a conduta de João, é correto afirmar que ele cometeu o crime de

- a) corrupção ativa.
- b) usurpação de função pública.
- c) exercício arbitrário das próprias razões.
- d) prevaricação.
- e) exploração de prestígio.



2. Durante uma abordagem policial, Carlos desobedeceu a ordem dos agentes para que apresentasse sua identidade e permanecesse no local para averiguação, retirando-se sem autorização. Nesse caso, Carlos cometeu o crime de

- a) resistência.
- b) desobediência.
- c) desacato.
- d) favorecimento pessoal.
- e) corrupção ativa.

3. Paulo, visando evitar uma licitação pública concorrida, oferece dinheiro a um empresário para que ele desista do certame, assegurando-se como único participante. Nesse caso, Paulo cometeu o crime de

- a) tráfico de influência.
- b) corrupção ativa.
- c) fraude à concorrência.
- d) concussão.
- e) advocacia administrativa.

4. Durante um protesto, Roberto dirige palavras ofensivas e gesticula de maneira agressiva contra policiais que acompanhavam a manifestação, chamando-os de "corruptos e covardes". A conduta de Roberto configura o crime de

- a) calúnia.
- b) desacato.
- c) resistência.
- d) tráfico de influência.
- e) falsidade ideológica.

5. Mariana, após ser condenada por crime de estelionato, recebe ajuda de um amigo para se esconder e evitar a prisão. O amigo de Mariana cometeu o crime de



- a) favorecimento pessoal.
- b) fraude processual.
- c) comunicação falsa de crime.
- d) corrupção ativa.
- e) coação no curso do processo.

6. Pedro, ao ser parado em uma blitz, oferece R\$ 500,00 ao policial para não ser multado. Qual crime ele cometeu?

- a) tráfico de influência.
- b) concussão.
- c) corrupção ativa.
- d) peculato.
- e) prevaricação.

## GABARITO

1. Letra B	2. Letra B	3. Letra C	4. Letra B
5. Letra A	6. Letra C		



## QUESTÕES COMENTADAS

### Crimes praticados por particular contra a administração em geral

1. João, que nunca exerceu cargo público, começou a se apresentar como fiscal municipal e, aproveitando-se disso, passou a exigir de comerciantes locais uma taxa supostamente obrigatória para funcionamento de seus estabelecimentos. Considerando a conduta de João, é correto afirmar que ele cometeu o crime de

- a) corrupção ativa.
- b) usurpação de função pública.
- c) exercício arbitrário das próprias razões.
- d) prevaricação.
- e) exploração de prestígio.

#### Comentários:

Letra A – Incorreta: Corrupção ativa ocorre quando um particular oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público para influenciar a prática de um ato de ofício.

Letra B – Correta: João praticou o crime de usurpação de função pública, pois assumiu indevidamente o papel de fiscal municipal, exercendo atividades que não lhe cabiam.

*Art. 328: Usurpar o exercício de função pública. Pena – detenção, de três meses a dois anos, e multa.*

Letra C – Incorreta: Exercício arbitrário das próprias razões ocorre quando alguém faz justiça com as próprias mãos para satisfazer uma pretensão, sem recorrer ao Judiciário.

Letra D – Incorreta: Prevaricação é praticada por funcionário público que retarda ou omite ato de ofício por interesse pessoal.

Letra E – Incorreta: Exploração de prestígio ocorre quando alguém solicita ou recebe vantagem indevida para influenciar decisão de autoridade judicial ou policial.

**Gabarito:** Letra B



2. Durante uma abordagem policial, Carlos desobedeceu a ordem dos agentes para que apresentasse sua identidade e permanecesse no local para averiguação, retirando-se sem autorização. Nesse caso, Carlos cometeu o crime de

- a) resistência.
- b) desobediência.
- c) desacato.
- d) favorecimento pessoal.
- e) corrupção ativa.

**Comentários:**

Letra A – Incorreta: Resistência exige violência ou ameaça contra funcionário público para impedir a execução de ato legal.

Letra B – Correta: Carlos cometeu desobediência, ao ignorar ordem legal de funcionário público.

*Art. 330: Desobedecer a ordem legal de funcionário público. Pena – detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.*

Letra C – Incorreta: Desacato envolve ofensa ao funcionário público no exercício da função.

Letra D – Incorreta: Favorecimento pessoal ocorre quando se ajuda criminoso a fugir da ação policial.

Letra E – Incorreta: Corrupção ativa envolve oferecer vantagem indevida a funcionário público.

**Gabarito:** Letra B

3. Paulo, visando evitar uma licitação pública concorrida, oferece dinheiro a um empresário para que ele desista do certame, assegurando-se como único participante. Nesse caso, Paulo cometeu o crime de

- a) tráfico de influência.
- b) corrupção ativa.
- c) fraude à concorrência.
- d) concussão.



e) advocacia administrativa.

### Comentários:

Letra A – Incorreta: Tráfico de influência é solicitar ou receber vantagem para influenciar ato de funcionário público.

Letra B – Incorreta: Corrupção ativa ocorre quando um particular oferece vantagem indevida a funcionário público.

Letra C – Correta: Paulo cometeu fraude à concorrência, tentando afastar concorrentes por suborno.

*Art. 335: Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovendo acordo, ajuste ou combinação de empresas, ou ofertando vantagem a alguém para que se abstenha de licitar. Pena – detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.*

Letra D – Incorreta: Concussão é a exigência de vantagem indevida por funcionário público.

Letra E – Incorreta: Advocacia administrativa ocorre quando um funcionário público patrocina interesse privado.

**Gabarito:** Letra C

**4. Durante um protesto, Roberto dirige palavras ofensivas e gesticula de maneira agressiva contra policiais que acompanhavam a manifestação, chamando-os de "corruptos e covardes". A conduta de Roberto configura o crime de**

a) calúnia.

b) desacato.

c) resistência.

d) tráfico de influência.

e) falsidade ideológica.

### Comentários:

Letra A – Incorreta: Calúnia é imputar falsamente um crime a alguém.

Letra B – Correta: Roberto cometeu desacato ao ofender os policiais durante o exercício da função.





*Art. 331: Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena – detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.*

Letra C – Incorreta: Resistência envolve uso de violência ou ameaça para impedir ato legal.

Letra D – Incorreta: Tráfico de influência envolve solicitação de vantagem para influenciar decisão.

Letra E – Incorreta: Falsidade ideológica é inserir informação falsa em documento público ou particular.

**Gabarito:** Letra B

**5. Mariana, após ser condenada por crime de estelionato, recebe ajuda de um amigo para se esconder e evitar a prisão. O amigo de Mariana cometeu o crime de**

- a) favorecimento pessoal.
- b) fraude processual.
- c) comunicação falsa de crime.
- d) corrupção ativa.
- e) coação no curso do processo.

**Comentários:**

Letra A – Correta: O amigo de Mariana cometeu favorecimento pessoal ao auxiliá-la a fugir da execução da pena.

*Art. 348: Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão. Pena – detenção, de um a seis meses, e multa.*

Letra B – Incorreta: Fraude processual é alterar estado de coisa, pessoa ou lugar para induzir juiz ou perito a erro.

Letra C – Incorreta: Comunicação falsa de crime é relatar falsamente à autoridade um crime inexistente.

Letra D – Incorreta: Corrupção ativa é oferecer vantagem a funcionário público.

Letra E – Incorreta: Coação no curso do processo envolve violência ou grave ameaça para influenciar ato processual.

**Gabarito:** Letra A



6. Pedro, ao ser parado em uma blitz, oferece R\$ 500,00 ao policial para não ser multado. Qual crime ele cometeu?

a) tráfico de influência.

b) concussão.

c) corrupção ativa.

d) peculato.

e) prevaricação.

#### Comentários:

Letra A – Incorreta: Tráfico de influência é solicitar vantagem para influenciar ato de funcionário público.

Letra B – Incorreta: Concussão é exigência de vantagem indevida por funcionário público.

Letra C – Correta: Pedro cometeu corrupção ativa ao oferecer dinheiro ao policial para evitar uma multa.

*Art. 333: Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício. Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.*

Letra D – Incorreta: Peculato é a apropriação ou desvio de bem público por funcionário público.

Letra E – Incorreta: Prevaricação é a omissão de ato de ofício por interesse pessoal de funcionário público.

**Gabarito:** Letra C



## SIMULADO

Simulado .....	1
Introdução.....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito .....	3
Questões Comentadas .....	5

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Crimes contra a Administração da Justiça

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

### Crimes contra a administração da Justiça

1. João, inconformado com uma decisão judicial desfavorável, decide forjar provas para induzir o juiz a erro em um novo processo. Ele altera um contrato, modificando sua data para parecer que o acordo foi firmado antes de uma determinada mudança legislativa. Sua intenção é obter um julgamento favorável com base nessa documentação adulterada.

Diante dessa situação, João comete o crime de:

- a) Denúnciação caluniosa.
- b) Comunicação falsa de crime.
- c) Fraude processual.
- d) Falso testemunho.



e) Coação no curso do processo.

2. Carla, testemunha em um processo criminal, recebe uma oferta em dinheiro de Pedro para que preste depoimento falso a favor do réu. Carla aceita o valor e mente ao juiz, afirmando que o réu estava com ela no momento do crime.

Nesse caso, a conduta de Pedro configura o crime de:

- a) Coação no curso do processo.
- b) Falso testemunho.
- c) Corrupção ativa de testemunha.
- d) Exploração de prestígio.
- e) Fraude processual.

3. José, motorista de aplicativo, sabe que um amigo cometeu um assalto e está sendo procurado pela polícia. Ao ser abordado por agentes da lei, José esconde o criminoso dentro de seu carro e o transporta para um local seguro, dificultando sua captura.

José responderá pelo crime de:

- a) Favorecimento real.
- b) Favorecimento pessoal.
- c) Exploração de prestígio.
- d) Desobediência.
- e) Resistência.

4. Carlos, condenado a cinco anos de reclusão, oferece dinheiro ao agente penitenciário para que facilite sua fuga do presídio. O agente recusa o suborno e denuncia a tentativa de corrupção.

A conduta de Carlos configura:

- a) Favorecimento pessoal.
- b) Exploração de prestígio.
- c) Coação no curso do processo.
- d) Corrupção ativa.



e) Desacato.

**5. O crime de denúncia caluniosa se caracteriza quando alguém:**

a) Imputa falsamente a outra pessoa um fato definido como crime, sem causar investigação oficial.

b) Atribui a si mesmo a prática de um crime inexistente.

c) Dá causa à instauração de investigação policial, administrativa ou judicial contra alguém, sabendo-o inocente.

d) Falsifica um documento para utilizá-lo como prova em um processo.

e) Injuria ou difama publicamente um funcionário público.

**6. Marcos é investigado por corrupção e decide pagar um advogado para subornar um juiz e obter uma decisão favorável. O advogado, que sabe que não tem qualquer influência sobre o magistrado, aceita o dinheiro e apenas finge que intercederá no caso.**

**A conduta do advogado caracteriza o crime de:**

a) Tráfico de influência.

b) Exploração de prestígio.

c) Fraude processual.

d) Coação no curso do processo.

e) Denúncia caluniosa.

## GABARITO

1. Letra C	2. Letra C	3. Letra B	4. Letra D
5. Letra C	6. Letra B		



--	--	--	--	--



## QUESTÕES COMENTADAS

### Crimes contra a administração da Justiça

1. João, inconformado com uma decisão judicial desfavorável, decide forjar provas para induzir o juiz a erro em um novo processo. Ele altera um contrato, modificando sua data para parecer que o acordo foi firmado antes de uma determinada mudança legislativa. Sua intenção é obter um julgamento favorável com base nessa documentação adulterada.

Diante dessa situação, João comete o crime de:

- a) Denúnciação caluniosa.
- b) Comunicação falsa de crime.
- c) Fraude processual.
- d) Falso testemunho.
- e) Coação no curso do processo.

#### Comentários:

Letra A – Incorreta: A denúncia caluniosa (art. 339 do CP) ocorre quando alguém dá causa à instauração de investigação ou processo contra uma pessoa inocente, o que não é o caso de João.

Letra B – Incorreta: A comunicação falsa de crime (art. 340 do CP) ocorre quando alguém informa falsamente um crime à autoridade, o que não se aplica ao caso.

Letra C – Correta: João praticou fraude processual (art. 347 do CP), pois inovou artificialmente o estado de coisa para induzir a erro o juiz e obter uma decisão judicial favorável.

*Art. 347: Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito: Pena – detenção, de três meses a dois anos, e multa.*

Letra D – Incorreta: O falso testemunho (art. 342 do CP) ocorre quando uma pessoa mente em depoimento perante a justiça, o que não é o caso descrito.

Letra E – Incorreta: Coação no curso do processo (art. 344 do CP) envolve o uso de violência ou ameaça contra alguém envolvido no processo judicial.

**Gabarito:** Letra C



2. Carla, testemunha em um processo criminal, recebe uma oferta em dinheiro de Pedro para que preste depoimento falso a favor do réu. Carla aceita o valor e mente ao juiz, afirmando que o réu estava com ela no momento do crime.

Nesse caso, a conduta de Pedro configura o crime de:

- a) Coação no curso do processo.
- b) Falso testemunho.
- c) Corrupção ativa de testemunha.
- d) Exploração de prestígio.
- e) Fraude processual.

#### Comentários:

Letra A – Incorreta: A coação no curso do processo (art. 344 do CP) exige o uso de violência ou grave ameaça, o que não ocorreu na situação.

Letra B – Incorreta: O falso testemunho (art. 342 do CP) foi praticado por Carla, mas a questão pede o crime cometido por Pedro.

Letra C – Correta: Pedro cometeu corrupção ativa de testemunha (art. 343 do CP), pois ofereceu vantagem indevida para que Carla prestasse falso testemunho.

*Art. 343: Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação: Pena – reclusão, de três a quatro anos, e multa.*

Letra D – Incorreta: A exploração de prestígio (art. 357 do CP) envolve solicitar ou receber vantagem a pretexto de influir em decisão de autoridade.

Letra E – Incorreta: A fraude processual (art. 347 do CP) ocorre quando há inovação no estado de coisa, lugar ou pessoa para enganar juiz ou perito, o que não é o caso.

**Gabarito:** Letra C

3. José, motorista de aplicativo, sabe que um amigo cometeu um assalto e está sendo procurado pela polícia. Ao ser abordado por agentes da lei, José esconde o criminoso dentro de seu carro e o transporta para um local seguro, dificultando sua captura.

José responderá pelo crime de:





- a) Favorecimento real.
- b) Favorecimento pessoal.
- c) Exploração de prestígio.
- d) Desobediência.
- e) Resistência.

#### Comentários:

Letra A – Incorreta: O favorecimento real (art. 349 do CP) ocorre quando alguém auxilia a ocultação de provas ou bens ligados ao crime, mas José ajudou o criminoso e não os objetos do crime.

Letra B – Correta: José praticou favorecimento pessoal (art. 348 do CP), pois auxiliou o criminoso a escapar da ação policial.

*Art. 348: Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão: Pena – detenção, de um a seis meses, e multa.*

Letra C – Incorreta: A exploração de prestígio (art. 357 do CP) envolve prometer influenciar decisão de autoridade mediante pagamento.

Letra D – Incorreta: A desobediência (art. 330 do CP) ocorre quando alguém descumpre ordem legal de funcionário público, o que não se encaixa no caso.

Letra E – Incorreta: A resistência (art. 329 do CP) exige oposição violenta contra autoridade pública.

**Gabarito:** Letra B

**4. Carlos, condenado a cinco anos de reclusão, oferece dinheiro ao agente penitenciário para que facilite sua fuga do presídio. O agente recusa o suborno e denuncia a tentativa de corrupção.**

**A conduta de Carlos configura:**

- a) Favorecimento pessoal.
- b) Exploração de prestígio.
- c) Coação no curso do processo.
- d) Corrupção ativa.



e) Desacato.

### Comentários:

Letra A – Incorreta: O favorecimento pessoal (art. 348 do CP) ocorre quando um terceiro ajuda um criminoso a fugir, mas aqui Carlos tenta subornar um servidor público.

Letra B – Incorreta: A exploração de prestígio (art. 357 do CP) envolve alegar influência sobre autoridades do Judiciário, o que não se aplica ao caso.

Letra C – Incorreta: A coação no curso do processo (art. 344 do CP) exige o uso de violência ou grave ameaça para influenciar um ato judicial, o que não ocorreu.

Letra D – Correta: Carlos praticou corrupção ativa (art. 333 do CP) ao oferecer vantagem indevida a um agente público para obter benefício ilegal.

*Art. 333: Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício: Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.*

Letra E – Incorreta: O desacato (art. 331 do CP) envolve ofender a dignidade de funcionário público, o que não aconteceu no caso.

**Gabarito:** Letra D

### 5. O crime de denúncia caluniosa se caracteriza quando alguém:

- a) Imputa falsamente a outra pessoa um fato definido como crime, sem causar investigação oficial.
- b) Atribui a si mesmo a prática de um crime inexistente.
- c) Dá causa à instauração de investigação policial, administrativa ou judicial contra alguém, sabendo-o inocente.
- d) Falsifica um documento para utilizá-lo como prova em um processo.
- e) Injuria ou difama publicamente um funcionário público.

### Comentários:

Letra A – Incorreta: A mera imputação falsa de crime pode caracterizar calúnia (art. 138 do CP), mas a denúncia caluniosa exige que essa imputação gere um procedimento investigatório oficial.

Letra B – Incorreta: A autoacusação falsa (art. 341 do CP) ocorre quando alguém assume a autoria de um crime inexistente ou cometido por outra pessoa, não configurando denúncia caluniosa.



Letra C – Correta: A denúncia caluniosa (art. 339 do CP) ocorre quando alguém provoca a instauração de investigação ou processo contra pessoa inocente, sabendo que a acusação é falsa.

*Art. 339: Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente: Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.*

Letra D – Incorreta: A falsificação de documento pode configurar crime contra a fé pública (art. 297 do CP), mas não denúncia caluniosa.

Letra E – Incorreta: Injúria e difamação (art. 139 e 140 do CP) referem-se a ofensas contra a honra, sem relação com a criação de uma investigação oficial.

**Gabarito:** Letra C

6. Marcos é investigado por corrupção e decide pagar um advogado para subornar um juiz e obter uma decisão favorável. O advogado, que sabe que não tem qualquer influência sobre o magistrado, aceita o dinheiro e apenas finge que intercederá no caso.

A conduta do advogado caracteriza o crime de:

- a) Tráfico de influência.
- b) Exploração de prestígio.
- c) Fraude processual.
- d) Coação no curso do processo.
- e) Denúncia caluniosa.

**Comentários:**

**Letra A – Incorreta:** O tráfico de influência (art. 332 do CP) ocorre quando alguém solicita ou recebe vantagem alegando influência sobre funcionário público. No caso, o advogado alegou influência sobre um juiz, o que configura outro crime.

**Letra B – Correta:** A exploração de prestígio (art. 357 do CP) ocorre quando alguém solicita ou recebe vantagem alegando poder influenciar decisão de juiz, jurado, promotor, delegado ou perito, sem necessariamente ter essa influência.

*Art. 357: Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa.*



**Letra C – Incorreta:** A fraude processual (art. 347 do CP) envolve inovação artificial do estado de coisa, lugar ou pessoa para enganar juiz ou perito, o que não se aplica ao caso.

**Letra D – Incorreta:** A coação no curso do processo (art. 344 do CP) envolve o uso de violência ou grave ameaça para influenciar uma decisão judicial, o que não aconteceu.

**Letra E – Incorreta:** A denúncia caluniosa (art. 339 do CP) ocorre quando alguém provoca investigação contra inocente, o que não é o caso.

**Gabarito:** Letra B

▪



## SIMULADO

Simulado .....	1
Introdução .....	1
Questões Inéditas .....	1
Gabarito .....	3
Questões Comentadas.....	3

## INTRODUÇÃO

Olá!

Este simulado contempla questões inéditas sobre:

Crimes em licitações e contratos administrativos

Pronto para testar seu conhecimento?!

## QUESTÕES INÉDITAS

### Crimes em licitações e contratos administrativos

**1. Durante um procedimento licitatório, uma empresa apresentou documentação falsa com o intuito de obter vantagem indevida no certame. A conduta se amolda ao seguinte crime:**

- a) Fraude à execução do contrato.
- b) Fraude no caráter competitivo da licitação.
- c) Impedimento indevido à participação de licitantes.
- d) Fraude na habilitação de licitante.
- e) Obtenção de vantagem indevida após adjudicação.

**2. É correto afirmar que comete crime aquele que, com o objetivo de favorecer determinado licitante, age de modo a restringir indevidamente a competitividade do certame. Tal conduta é prevista no Código Penal como:**



- a) Fraude na execução do contrato.
- b) Patrocínio de contratação indevida.
- c) Modificação ou pagamento irregular em contrato.
- d) Impedimento indevido à participação.
- e) Frustração do caráter competitivo da licitação.

**3. Durante a execução do contrato administrativo, o contratado, em conluio com o fiscal do contrato, entregou produto diverso do exigido no edital, com qualidade inferior à contratada. Essa conduta caracteriza:**

- a) Crime de fraude na licitação.
- b) Crime de execução fraudulenta do contrato.
- c) Crime de impedimento indevido de licitante.
- d) Crime de frustração do caráter competitivo.
- e) Crime de omissão de proposta mais vantajosa.

**4. O agente público que, no exercício da função, deixa de observar formalidades essenciais à celebração do contrato administrativo, favorecendo determinada empresa, comete:**

- a) Crime de favorecimento pessoal.
- b) Crime de inexigibilidade indevida.
- c) Crime de omissão de proposta mais vantajosa.
- d) Crime de modificação irregular de contrato.
- e) Crime de adjudicação fraudulenta.

**5. Em relação aos crimes previstos na Lei nº 14.133/2021 e inseridos no Código Penal, é correto afirmar que:**

- a) Todos os crimes exigem a presença de dano efetivo ao erário.
- b) A tentativa é inadmissível nos crimes em licitação, por serem todos unissubsistentes.
- c) A exclusão de licitante por meio de intimidação caracteriza crime.
- d) O conluio entre particulares não é punido, pois não há envolvimento de agente público.
- e) A previsão desses crimes se restringe ao âmbito da Administração direta federal.



## GABARITO

1. Letra D

2. Letra E

3. Letra B

4. Letra C

5. Letra C

## QUESTÕES COMENTADAS

### Crimes em licitações e contratos administrativos

**1. Durante um procedimento licitatório, uma empresa apresentou documentação falsa com o intuito de obter vantagem indevida no certame. A conduta se amolda ao seguinte crime:**

- a) Fraude à execução do contrato.
- b) Fraude no caráter competitivo da licitação.
- c) Impedimento indevido à participação de licitantes.
- d) Fraude na habilitação de licitante.
- e) Obtenção de vantagem indevida após adjudicação.

#### Comentários:

**Letra A – Incorreta.** A fraude à execução contratual refere-se à fase posterior à celebração do contrato.

**Letra B – Incorreta.** Fraudar o caráter competitivo é conduta típica distinta, voltada à supressão de concorrência.

**Letra C – Incorreta.** Impedir concorrente de participar é outro tipo penal, previsto no art. 337-F.

**Letra D – Correta.** A apresentação de documento falso ou declaração inverídica para fins de habilitação configura o crime do **art. 337-E, caput** do CP.

*Art. 337-E, caput: "Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa."*

**Letra E – Incorreta.** A vantagem indevida refere-se à execução contratual, não à fase de habilitação.

**Gabarito:** Letra D



2. É correto afirmar que comete crime aquele que, com o objetivo de favorecer determinado licitante, age de modo a restringir indevidamente a competitividade do certame. Tal conduta é prevista no Código Penal como:

- a) Fraude na execução do contrato.
- b) Patrocínio de contratação indevida.
- c) Modificação ou pagamento irregular em contrato.
- d) Impedimento indevido à participação.
- e) Frustração do caráter competitivo da licitação.

**Comentários:**

**Letra A – Incorreta.** Fraude na execução refere-se ao momento posterior à licitação.

**Letra B – Incorreta.** O patrocínio indevido refere-se a atuação de agente público fora das suas atribuições.

**Letra C – Incorreta.** Modificação ou pagamento irregular trata da execução do contrato.

**Letra D – Incorreta.** O impedimento indevido exige ação contra licitante específico.

**Letra E – Correta.** Frustrar ou fraudar o caráter competitivo do certame é crime tipificado no **art. 337-F, caput** do CP.

*Art. 337-F, caput: "Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do processo licitatório: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa."*

**Gabarito:** Letra E

3. Durante a execução do contrato administrativo, o contratado, em conluio com o fiscal do contrato, entregou produto diverso do exigido no edital, com qualidade inferior à contratada. Essa conduta caracteriza:

- a) Crime de fraude na licitação.
- b) Crime de execução fraudulenta do contrato.
- c) Crime de impedimento indevido de licitante.
- d) Crime de frustração do caráter competitivo.
- e) Crime de omissão de proposta mais vantajosa.

**Comentários:**

**Letra A – Incorreta.** A fraude na licitação refere-se à fase de seleção e julgamento das propostas.





**Letra B – Correta.** O fornecimento de produto diverso ou de qualidade inferior ao previsto e hipótese típica de **execução fraudulenta do contrato**, conforme art. 337-H do CP.

**Letra C – Incorreta.** O impedimento indevido é voltado à fase de habilitação ou apresentação de propostas.

**Letra D – Incorreta.** A frustração do caráter competitivo ocorre na fase inicial da licitação.

**Letra E – Incorreta.** A omissão de proposta mais vantajosa é conduta típica específica de agentes públicos.

*Art. 337-H: "Fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, execução do contrato: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa."*

**Gabarito:** Letra B

**4. O agente público que, no exercício da função, deixa de observar formalidades essenciais à celebração do contrato administrativo, favorecendo determinada empresa, comete:**

- a) Crime de favorecimento pessoal.
- b) Crime de inexigibilidade indevida.
- c) Crime de omissão de proposta mais vantajosa.
- d) Crime de modificação irregular de contrato.
- e) Crime de adjudicação fraudulenta.

**Comentários:**

**Letra A – Incorreta.** Não há tipo penal com esse nome.

**Letra B – Incorreta.** A inexigibilidade indevida diz respeito à dispensa ou inexigibilidade sem base legal.

**Letra C – Correta.** O art. 337-G do CP tipifica a conduta do agente que, agindo com dolo, **deixa de observar formalidade essencial à validade do processo licitatório**, resultando em prejuízo à Administração.

*Art. 337-G: "Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei: Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa."*

**Letra D – Incorreta.** A modificação refere-se ao conteúdo do contrato após sua celebração.

**Letra E – Incorreta.** A adjudicação fraudulenta exige direcionamento doloso do resultado.

**Gabarito:** Letra C

**5. Em relação aos crimes previstos na Lei nº 14.133/2021 e inseridos no Código Penal, é correto afirmar que:**

- a) Todos os crimes exigem a presença de dano efetivo ao erário.



- b) A tentativa é inadmissível nos crimes em licitação, por serem todos unissubsistentes.
- c) A exclusão de licitante por meio de intimidação caracteriza crime.
- d) O conluio entre particulares não é punido, pois não há envolvimento de agente público.
- e) A previsão desses crimes se restringe ao âmbito da Administração direta federal.

**Comentários:**

**Letra A – Incorreta.** Nem todos os tipos exigem dano efetivo; alguns exigem apenas potencial lesivo.

**Letra B – Incorreta.** Em diversos tipos admite-se tentativa, especialmente os plurissubsistentes.

**Letra C – Correta.** A exclusão indevida de licitante, por meio de intimidação ou coação, configura crime tipificado no art. 337-F, §1º.

*Art. 337-F, §1º: "Incorre na mesma pena aquele que se utiliza de violência ou grave ameaça para afastar licitante do procedimento licitatório."*

**Letra D – Incorreta.** O conluio entre particulares pode configurar crime se houver violação ao caráter competitivo do certame.

**Letra E – Incorreta.** Os crimes se aplicam à Administração Pública em geral: direta, indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

**Gabarito:** Letra C



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.